



TERMO DE REFERÊNCIA

BENS COMUNS, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes com montagem para atender as unidades de saúde do Cabo de Santo Agostinho/PE., conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação são de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.340.912,64 (um milhão, trezentos e quarenta mil, novecentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) conforme custos unitários descritos na tabela

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	372953 - ARMÁRIO, MATERIAL:MDF, TIPO:BAIXO, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, TIPO PORTAS:COM PUXADORES AÇO ESCOVADO E CHAVES, ACABAMENTO SUPERFICIAL:LAMINADO MELAMÍNICO, COR:MARFIM PÉROLA, ALTURA:0,72 M, LARGURA:0,80 M, PROFUNDIDADE:0,50 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM NIVELADORES DE PISO, QUANTIDADE PRATELEIRAS:1 UN, MATERIAL BASE:AÇO, ESPESSURA:18 MM (TIPO:BAIXO)	UND	56	R\$ 630,59	R\$ 35.313,04
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 56,00 Valor Total R\$ 35.313,04					
2	390668 - ARMÁRIO, MATERIAL:CHAPA DE AÇO, TIPO:ALTO, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, TIPO PORTAS:PUXADOR CROMADO, COM SISTEMA VENTILAÇÃO, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COR:BEGE, ALTURA:1,98 M, LARGURA:0,90 M, PROFUNDIDADE:0,40 M, QUANTIDADE PRATELEIRAS:7 INTERNAS REGULÁVEIS COM 47 ESCANINHOS CADA, TIPO BORDAS:RETA	UND	93	R\$ 1.944,05	R\$ 180.796,65
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 93,00 Valor Total R\$ 180.796,65					
3	463054 - ARMÁRIO AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL:FOSFATIZADO ANTIFERRUGEM, COR:CINZA, QUANTIDADE PORTAS:8 UN, ALTURA:1,98 M, LARGURA:1,24 M, PROFUNDIDADE:0,42 M, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIPO ROUPEIRO, PITÃO PARA CADEADO, COM GANCHO CABI, MATERIAL:CHAPA AÇO 26, APLICAÇÃO:GUARDAR OBJETOS PESSOAIS	UND	32	R\$ 1.350,36	R\$ 43.211,52
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 32,00 Valor Total R\$ 43.211,52					
4	259127 - ARMÁRIO, MATERIAL:MADEIRA AGLOMERADA, TIPO:SEMI-ABERTO, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, TIPO PORTAS:COM PUXADORES, TIPO FIXAÇÃO PORTAS:COM	UND	20	R\$ 1.672,52	R\$ 33.450,40





ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	DOBRADIÇAS, TIPO FECHAMENTO PORTAS:COM FECHADURA, ACABAMENTO SUPERFICIAL:LAMINADO MELAMÍNICO, COR:ARGILA, ALTURA:1,60 M, LARGURA:0,90 M, PROFUNDIDADE:0,50 M, QUANTIDADE PRATELIRAS:3 UN, TIPO BORDAS:POLIESTIRENO, MATERIAL PORTAS:MADEIRA AGLOMERADA, MATERIAL PRATELIRAS:MADEIRA, MATERIAL BASE:AÇO TUBULAR, TRATAMENTO SUPERFICIAL:ANTI-FERRUGINOSO, MATERIAL PÉ:AÇO TUBULAR, ESPESSURA:15 MM, MATERIAL SOBRETAMPO:MADEIRA, MODELO:ALTO, MATERIAL PUXADOR:POLIPROPILENO				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 33.450,40					
5	255993 - ARMÁRIO ARQUIVO, MATERIAL:MADEIRA COMPENSADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MOVIDO ATRAVÉS DE TRILHOS TELESCÓPICOS(FERRO) DE, ESPESSURA:18 MM, REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO:FÓRMICA TEXTURIZADA / MELAMÍNICO, COR REVESTIMENTO:OVO, QUANTIDADE GAVETÕES:04 UN, TIPO PUXADORES:ALÇA / METÁLICOS / PINTADOS, DIMENSÕES PUXADORES:100 X 30 MM	UND	115	R\$ 914,15	R\$ 105.127,25
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 115,00 Valor Total R\$ 105.127,25					
6	207168 - ARMÁRIO COPA/COZINHA, MATERIAL:AÇO, TIPO:DE PAREDE, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTADO, COR:BRANCA, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, QUANTIDADE PRATELIRAS:1 UN, LARGURA:0,90 M, PROFUNDIDADE:0,40 M, ALTURA:0,50 M	UND	20	R\$ 558,83	R\$ 11.176,60
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 11.176,60					
7	607229 - ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL:MDP, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, REVESTIMENTO:LAMINADO MELAMÍNICO TEXTURIZADO, LARGURA:80 CM, ALTURA:1,80 M, PROFUNDIDADE:50 CM, COR:CARVALHO, TIPO:ALTO	UND	66	R\$ 873,89	R\$ 57.676,74
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 66,00 Valor Total R\$ 57.676,74					
8	287945 - CADEIRA, MATERIAL:PLÁSTICO, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EMPILHÁVEL, TIPO:SEM BRAÇO	UND	364	R\$ 60,37	R\$ 21.974,68
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 364,00 Valor Total R\$ 21.974,68					
9	609169 - CADEIRA ESCOLAR, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ELETROSTÁTICA, COR ESTRUTURA:PRETA, MATERIAL ENCOSTO:ESPUMA POLIURETANO INJETADO, MATERIAL ASSENTO:ESPUMA POLIURETANO INJETADO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:TECIDO, COR REVESTIMENTO:PRETA, TIPO BASE:FIXA C/4 PÉS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL, PORTA-LIVROS, COMPRIMENTO:46 CM, LARGURA:47 CM, ALTURA TOTAL:950 MM	UND	20	R\$ 454,20	R\$ 9.084,00
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 9.084,00					
10	623640 - CADEIRA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO SAE 1020, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:TECIDO SINTÉTICO, MATERIAL ENCOSTO:POLIPROPILENO / ESPUMA POLIURETANO INJETADA, MATERIAL ASSENTO:POLIPROPILENO / ESPUMA POLIURETANO INJETADA, TRATAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA:PINTURA ELETROSTÁTICA, TIPO BASE:GIRATÓRIA	UND	110	R\$ 582,61	R\$ 64.087,10





ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	COM 5 RODÍZIOS, TIPO ENCOSTO:ESPALDAR MÉDIO, APOIO BRAÇO:COM BRAÇOS REGULÁVEIS EM FORMA DE "T", COR:PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL:PNEUMÁTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM RODÍZIOS DUPLOS DE NÁILON E 5 PÉS				
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 110,00 Valor Total R\$ 64.087,10					
11	613254 - CADEIRA FIXA, MATERIAL ASSENTO:POLIPROPILENO, MATERIAL ENCOSTO:POLIPROPILENO, MATERIAL ESTRUTURA:METAL, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:COURO, DENSIDADE ESPUMA ASSENTO E ENCOSTO:50, ACABAMENTO ESTRUTURA:PINTADO EM EPÓXI, TIPO BASE:FIXO, TIPO ENCOSTO:FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM BRAÇO, ALTURA:87 CM, LARGURA:48 CM	UND	115	R\$ 292,39	R\$ 33.624,85
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 115,00 Valor Total R\$ 33.624,85					
12	607528 - CADEIRA FIXA, MATERIAL ASSENTO:MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ENCOSTO:MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ESTRUTURA:METAL, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:COURO ECOLÓGICO, ACABAMENTO ESTRUTURA:PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI-PÓ, TIPO BASE:FIXO, TIPO ENCOSTO:FIXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM BRAÇO, COR:PRETA, TIPO PÉ:PALITO (4)	UND	57	R\$ 227,04	R\$ 12.941,28
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 57,00 Valor Total R\$ 12.941,28					
13	413991 - CADEIRA REFEITÓRIO, MATERIAL:POLIPROPILENO, ESTRUTURA:ALUMÍNIO, COMPRIMENTO:51 CM, LARGURA:48 CM, ALTURA:85 CM, COR:BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM BRAÇOS - COR PRETA	UND	86	R\$ 145,18	R\$ 12.485,48
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 86,00 Valor Total R\$ 12.485,48					
14	469699 - CADEIRA SOBRE LONGARINA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO:ESPUMA DE POLIURETANO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO:TECIDO COURÍSSIMO, PLÁSTICO E METAIS, COR:PRETA, QUANTIDADE ASSENTOS:4 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CONFORME MODELO, COMPRIMENTO LONGARINA:230 CM, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO, COR LONGARINA:PRETA	UND	36	R\$ 790,02	R\$ 28.440,72
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 36,00 Valor Total R\$ 28.440,72					
15	364039 - CADEIRA SOBRE LONGARINA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO:POLIPROPILENO, COR:CINZA, QUANTIDADE ASSENTOS:3 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM BRAÇO, COMPRIMENTO LONGARINA:APROXIMADAMENTE 1,65 CM, LARGURA LONGARINA:APROXIMADAMENTE 63 CM, MATERIAL ESTRUTURA:TUBO AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL LONGARINA:PINTURA ELETROSTÁTICA EM EPÓXI-PÓ, COR LONGARINA:PRATA	UND	345	R\$ 676,81	R\$ 233.499,45
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 345,00 Valor Total R\$ 233.499,45					
16	207052 - CAMA, MATERIAL:MADEIRA, TIPO:SOLTEIRO, MODELO:COM CABECEIRA, COMPRIMENTO:1,88 CM, LARGURA:0,78 CM, TRATAMENTO SUPERFICIAL:LAQUEADO	UND	40	R\$ 660,03	R\$ 26.401,20
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 26.401,20					
17	274156 - CAMA CONJUGADA, MATERIAL:MADEIRA SUCUPIRA, QUANTIDADE LEITOS:2 UN, ACABAMENTO SUPERFICIAL:ENCERADO, COMPRIMENTO:200 CM,	UND	4	R\$ 1.220,33	R\$ 4.881,32





ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	LARGURA:93 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BARRA DE CHAPA INTEIRIÇA, PARAFUSO ENCERADO E EN - QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 4,00 Valor Total R\$ 4.881,32				
18	459473 - COLCHÃO, TIPO:ESPUMA, MATERIAL:ESPUMA POLIURETANO / CONVENCIONAL, DENSIDADE:D-45, TECIDO DE REVESTIMENTO:100% ALGODÃO, TAMANHO LARGURA X COMPRIMENTO:0,78 X 1,88 M, TAMANHO ALTURA:0,18 M QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 52,00 Valor Total R\$ 31.709,60	UND	52	R\$ 609,80	R\$ 31.709,60
19	485641 - ESPelho, MATERIAL:VIDRO, FORMATO:RETANGULAR, ESPESSURA:4 MM, COMPRIMENTO:60 CM, LARGURA:40 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BISOTADO, 4 FIXADORES REDONDOS INOX, SEM MOLDURA QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 17,00 Valor Total R\$ 3.534,13	UND	17	R\$ 207,89	R\$ 3.534,13
20	356241 - ESpelho, MATERIAL:VIDRO CRISTAL LAPIDADO, FORMATO:CIRCULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MOLDURA EM ALUMÍNIO ANODIZADO,PARAFUSO FIXAÇÃO CRO, DIÂMETRO:40 CM QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 8,00 Valor Total R\$ 1.132,80	UND	8	R\$ 141,60	R\$ 1.132,80
21	613258 - ESTAÇÃO TRABALHO, TIPO:MODULAR, COMPONENTES:01 MESA, COMPRIMENTO:220 CM, LARGURA:60 CM, ALTURA:0,76 M, REVESTIMENTO:LAMINADO MELAMÍNICO, ESTRUTURA:METÁLICA, ACABAMENTO ESTRUTURA:PINTADO EM EPÓXI, MATERIAL PERfil:MADEIRA, COR:OVO, ESPESSURA TAMPO:25 MM, LATERAIS E DIVISÓRIAS:CURVOS, LARGURA LATERAIS:1400 MM, ALTURA LATERAIS:1100 MM, ESPESSURA LATERAIS:25 MM, TIPO TAMPO:MADEIRA MDF, COMPRIMENTO TAMPO:1,20 M, LARGURA TAMPO:0,60 M, COMPRIMENTO PAINEL:1,75 M, ALTURA PAINEL:3,15 M QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 25,00 Valor Total R\$ 18.409,50	UND	25	R\$ 736,38	R\$ 18.409,50
22	238648 - Estante, MATERIAL:CHAPA AÇO, TIPO:DUPLA DESMONTÁVEL, ESTRUTURA:METÁLICA, PROFUNDIDADE:80 CM, ACABAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA ESMALTE SINTÉTICO, COR:CINZA, QUANTIDADE PRATELEIRAS:6 UN, TIPO PRATELEIRAS:REGULÁVEIS, ALTURA:1,80 M, LARGURA:0,90 M, TIPO TRAVAMENTO:EM FORMA DE "X", MATERIAL CANTONEIRA:CHAPA 12 QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 58,00 Valor Total R\$ 18.954,40	UND	58	R\$ 326,80	R\$ 18.954,40
23	611095 - Estante, MATERIAL:MADEIRA, TIPO:CHÃO, PROFUNDIDADE:0,49M, ACABAMENTO SUPERFICIAL:LAMINADO MELAMÍNICO, QUANTIDADE PRATELEIRAS:5 UN, TIPO PRATELEIRAS:REGULÁVEIS, ALTURA:2,10 M, LARGURA:0,80 M, APLICAÇÃO:ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS E DEMAIS OBJETOS QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 21,00 Valor Total R\$ 15.454,32	UND	21	R\$ 735,92	R\$ 15.454,32
24	464238 - GUARDA-ROUPA, MATERIAL:MADEIRA DE DEMOLIÇÃO, QUANTIDADE GAVETAS:4 UN, QUANTIDADE PORTAS:4 UN, ALTURA:2 M, LARGURA:2 M, PROFUNDIDADE:50 CM (MATERIAL:MADEIRA SUCUPIRA) (GENÉRICO)	UND	8	R\$ 987,36	R\$ 7.898,88





ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 8,00 Valor Total R\$ 7.898,88					
25	233116 - MESA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA:MADEIRA, MATERIAL TAMPO:MADEIRA AGLOMERADA, REVESTIMENTO TAMPO:LAMINADO MELAMÍNICO, COR TAMPO:CINZA-CRISTAL, PADRÃO ACABAMENTO ESTRUTURA:TEXTURIZADO, QUANTIDADE GAVETAS:2 UN, LARGURA:1,20 M, PROFUNDIDADE:0,75 M, ALTURA:0,75 M, PADRÃO ACABAMENTO TAMPO:TEXTURIZADO, COR ESTRUTURA:CINZA CRISTAL, TIPO GAVETAS:COM CHAVE, ESPESSURA TAMPO:28 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM BORDAS ARREDONDADAS E SAPATAS NIVELADORAS DE, ACABAMENTO BORDAS:BORDAS ARREDONDADAS (POST-FORMING)	UND	40	R\$ 463,14	R\$ 18.525,60
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 40,00 Valor Total R\$ 18.525,60					
26	462552 - MESA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA:AÇO, MATERIAL TAMPO:MDF, REVESTIMENTO TAMPO:LAMINADO MELAMÍNICO BAIXA PRESSÃO, COR TAMPO:CINZA, QUANTIDADE GAVETAS:2 UN, LARGURA:1,40 M, ALTURA:0,74 M, COMPRIMENTO:1,40 M, ESPESSURA TAMPO:25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MESA EM "L"	UND	20	R\$ 667,47	R\$ 13.349,40
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 13.349,40					
27	354608 - MESA PLÁSTICA, MATERIAL:PLÁSTICO, FORMATO:QUADRADO, COR:BRANCA, COMPRIMENTO:70 CM, LARGURA:70 CM, ALTURA:72 CM	UND	139	R\$ 101,66	R\$ 14.130,74
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 139,00 Valor Total R\$ 14.130,74					
28	615522 - MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO:ABS, ALTURA:76 CM, MATERIAL ESTRUTURA:TUBO AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA:PINTURA EM EPÓXI PÓ, COMPRIMENTO:180 CM, LARGURA:80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ACOMPANHA 6 Cadeiras	UND	21	R\$ 1.560,11	R\$ 32.762,31
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 21,00 Valor Total R\$ 32.762,31					
29	475765 - MESA REUNIÃO RETANGULAR, MATERIAL:AGLOMERADO MADEIRA, COMPRIMENTO:2 M, LARGURA:100 CM, ALTURA:0,75 M, COR:CINZA, REVESTIMENTO:LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO, TIPO ESTRUTURA:TUBO DE AÇO E CHAPA METÁLICA, ESPESSURA TAMPO:2,50 MM, MATERIAL TAMPO:AGLOMERADO MADEIRA	UND	4	R\$ 803,62	R\$ 3.214,48
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 4,00 Valor Total R\$ 3.214,48					
30	362989 - TELEVISOR, Tamanho Tela:58 POL, VOLTAGEM:110V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PAL-M, NTSC, ENTRADA E SAÍDA DE VÍDEO, TIPO TELA:LCD	UND	70	R\$ 2.962,26	R\$ 207.358,20
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 70,00 Valor Total R\$ 207.358,20					
31	295580 - VENTILADOR, TIPO:COLUNA, POTÊNCIA MOTOR:MÍNIMA 120 W, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:GRADE REMOVÍVEL, TIPO HÉLICE:03 PÁS, DIÂMETRO:40 CM, COR:BRANCA/PRETA, ALTURA:MÍNIMO 1,20 E MÁXIMO 1,50 M, ROTAÇÃO:1.300 RPM	UND	20	R\$ 253,38	R\$ 5.067,60
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 20,00 Valor Total R\$ 5.067,60					





32	271471 - VENTILADOR, TIPO:PAREDE, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, DIÂMETRO:40 CM	UND	128	R\$ 275,30	R\$ 35.238,40
QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE					
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Quantidade: 128,00 Valor Total R\$ 35.238,40					Valor Total
					R\$ 1.340.912,64

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho apresenta uma carência significativa de mobiliários adequados, comprometendo a efetividade das atividades administrativas e o bem-estar tanto dos servidores quanto dos usuários dos serviços públicos. A atuação eficiente da gestão em saúde depende não apenas da qualidade nos serviços prestados, mas também de um ambiente de trabalho digno que possibilite a realização de tarefas administrativas fundamentais.

Atualmente, a falta de mobiliário apropriado ocasiona dificuldades na organização das informações e na execução de funções rotineiras, impactando diretamente a produtividade dos servidores. Além disso, a inadequação do espaço de trabalho afeta o atendimento aos cidadãos, podendo gerar insatisfação e comprometer a experiência dos usuários ao acessarem os serviços públicos de saúde. Este cenário configura um obstáculo para a promoção da saúde pública na municipalidade, uma vez que as condições laborais influenciam na capacidade de resposta da equipe frente às demandas da população.

Sob a perspectiva do interesse público, é essencial garantir que a Secretaria Municipal de Saúde tenha acesso a mobiliário compatível com suas necessidades operacionais. A melhoria nas condições de trabalho reflete em maior eficiência, resultando em serviços de saúde de melhor qualidade, alinhados com os princípios da eficiência, eficácia e economicidade. Quando se prioriza um ambiente adequado, favorece-se não só a saúde dos servidores, mas também a saúde coletiva da população atendida, destacando a relevância deste investimento para o fortalecimento do sistema público de saúde local.

Dante deste contexto, torna-se imprescindível promover ações que visem à adequação do mobiliário no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Isso permitirá um avanço significativo na qualidade dos serviços oferecidos, garantindo assim uma ressonância positiva na comunidade, corroborando com o compromisso da administração pública em atender as necessidades reais da população de forma responsável e transparente.

3.2. Mais detalhes quanto a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

4.1. A demanda postulada não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual de 2025. A referida demanda não foi planejada anteriormente porque envolve fatores que não tinham como ser previstos pela Unidade Requisitante.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO





- 5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DAS AMOSTRAS

- 7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Não haverá exigência de garantia de proposta na presente contratação.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
- 11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
 - 11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.
 - 11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;
 - 11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como continuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.





- 12.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 13.2. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.
- 13.3. Eventuais divergências entre a descrição do TR e o catálogo do fornecedor ensejarão desclassificação, evitando riscos de recebimento de móveis de qualidade inferior.
- 13.4. A entrega e a montagem devem ocorrer simultaneamente em todos os locais indicados, evitando atrasos

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;
- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de entrega dos produtos.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





- 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
 - 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
 - 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
 - 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
 - 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
 - 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;





- 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei N° 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário,





em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
- 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.





- 15.5. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento e montagem de mobiliário de escritório, em quantidades compatíveis com o objeto, com desempenho satisfatório, conforme exigências deste instrumento;.
- 15.6. Catálogo técnico/Folder do fabricante contendo a descrição detalhada do produto ofertado, com dimensões, materiais, acabamentos e características principais.
- 15.7. Ficha técnica ou memorial descritivo de cada item ofertado, emitido pelo fabricante ou fornecedor;
- 15.8. Certificados de qualidade e conformidade emitidos por órgão competente (ABNT/NBR ou equivalente);
- 15.9. Certificação de origem sustentável da madeira (ex.: FSC ou equivalente), nos casos de mobiliário de madeira, conforme previsto no ETP;
- 15.10. Declaração de garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, assinada pelo fabricante ou fornecedor;
- 15.11. Declaração de atendimento às normas de ergonomia e segurança (NR-17 e demais aplicáveis), assegurando que os produtos não possuem arestas vivas e atendem aos padrões de segurança do usuário;
- 15.12. Declaração de assistência técnica informando a existência de suporte e manutenção durante o período de garantia;
- 15.13. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
 - 15.13.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
 - 15.13.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
 - 15.13.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 16.1. O prazo de entrega dos itens, sempre que solicitado, será de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 16.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 16.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município de Cabo de Santo Agostinho em endereço indicado na Ordem de Fornecimento.
- 16.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica





- 16.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 16.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 16.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 16.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 16.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 16.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 16.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 16.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 16.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 16.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 16.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

- 17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.





- 17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 20.2.1. o prazo de validade;
 - 20.2.2. a data da emissão;
 - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.2.5. o valor a pagar; e
 - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.





- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cabo de Santo Agostinho - PE, 25 de Setembro de 2025

Juliana Carla Serafim da Silva
Gerente de vigilância em Saúde

Cynthia Maria Pancrácio Poggi de Figueiredo
Gerência de Atenção à Saúde

Júlia Santos Fernandes de Souza
Gerente de Planejamento

Joabe da Silva
Superintendente da Atenção Primária



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA CARLA SERAFIM DA SILVA**, em 14/10/2025 - 13:51:45, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **CYNTHIA MARIA PANCRACIO POGGI DE FIGUEIREDO**, em 14/10/2025 - 09:40:16, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **JÚLIA SANTOS FERNANDES DE SOUZA**, em 15/10/2025 - 12:01:34, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **JOABE DA SILVA**, em 14/10/2025 - 10:40:55, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://bid.startgov.com.br/validacao>, informando o código verificador: 8c9383ee-1082-4ab4-a93b-9ddb8e53df7f